

3.

Narrativa Jornalística e Narrativas Sociais: Questões acerca da Representação da Realidade e Regimes de Visibilidade

EDSON FERNANDO DALMONTE¹

A relação entre jornalismo e literatura pode ser considerada sob vários ângulos, desde simples paralelismos entre a arte de contar histórias, até o exercício de eleição de personagens, um artifício amplamente utilizado pelo jornalismo contemporâneo, comum nos formatos impresso, rádio e televisão. A principal contribuição da literatura aos estudos de jornalismo, sem dúvida, é a própria tradição dos estudos literária, tanto longa quanto detalhada e em constante renovação. Dentre os pontos de contato, pode ser citada a perspectiva sinalada pelos estudos linguísticos, como as

1. Doutor em Comunicação, professor de Teorias da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. E-mail: edsondalmonte@uol.com.br

contribuições advindas de Saussure (2006), determinantes para os estudos de linguagem e análise do discurso.

A proposta do presente artigo é discutir a relação entre literatura e jornalismo sob a perspectiva da construção textual. Para tanto, considera-se a narrativa e discute-se a evolução de tal conceito e o descompasso da ideia de representação da realidade e como o jornalismo busca estabelecer estratégias para representar o real. Tal questão é fundamental, pois, em detrimento de outras tradições, o compromisso da narrativa jornalística é com a realidade. O jornalismo se constitui como lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e, conseqüentemente, agente mediador entre o mundo dos fatos e a instância de leitura/recepção. Toda a comunicação que interessa à opinião pública é mediada pela instância jornalística, que confere uma aura de importância ao que é narrado, pressupondo um processo de seleção dos fatos, apuração e articulação de vozes conflituosas etc.

No contexto dos novos ambientes tecnológicos, assentados em modalidades comunicacionais interativas, percebe-se que discutir o conceito de narrativa não diz respeito meramente ao processo de encadeamento de fatos, como na tentativa de responder às questões básicas do *lead*². O desafio é exatamente ir além e questionar os novos elementos que compõem a narrativa jornalística. É óbvio que estamos diante de um novo quadro que requer outro enquadramento epistemológico, a fim de que se possa, inclusive, questionar os limites entre a **narrativa jornalística** e as demais **narrativas sociais**.

2. “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?”, e “Por quê?”.

Quanto à narrativa

Inúmeras podem ser as acepções de narrativa. Como sugere Barthes (2008: 19), “várias são as narrativas do mundo”. Exemplos podem ser pensados desde a articulação, a partir das várias linguagens, da fala à escrita, da pintura às imagens sintéticas, da tragédia grega às telenovelas. Da mesma forma, o ato de narrar está na literatura e no jornalismo. No contexto do discurso literário e, partindo da palavra francesa *récit*, que pode ser traduzida tanto como “relato” quanto “narrativa”, Genette (1995: 23-24) propõe uma conceituação da narrativa, a partir de três noções distintas. Num primeiro momento, narrativa significa o enunciado narrativo, a *discursividade*, oral ou escrita, que descreve um acontecimento. O outro sentido designa uma sucessão de acontecimentos, reais ou não, encadeados a tal discurso, respeitando-se as relações de oposição, repetição etc. Por fim, a noção mais antiga, que designa um acontecimento, mas não acontecimento puramente, e sim o ato de narrar determinado feito.

No cerne da questão está a ideia de imitação que, na narrativa, refere-se ao ato de selecionar os elementos linguísticos que irão compor o fato reportado. Como sugere Aristóteles (2000: 103), “pois tal como há os que imitam muitas coisas, exprimindo-se com cores e figuras [...], assim acontece nas sobreditas artes: na verdade, todas elas imitam com o ritmo, a linguagem e a harmonia, usando estes elementos separada ou conjuntamente”. É interessante ressaltar que aquilo que é compreendido, usualmente, como narrativa é o que Aristóteles chama de simples narrativa ou narrativa mista. Ele se atém ao drama, que considera a mais perfeita forma de relatar um fato, como se nota na afirmação seguinte:

É, pois, a tragédia imitação de uma acção de carácter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada e com as várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes ***do drama, imitação que se efectua*** não por narrativa, mas mediante actores, e que, suscitando o terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções. (ARISTÓTELES, 2000: 110, grifos do autor).

Dessa forma, para Aristóteles, é por meio da dramatização, da possibilidade de confronto, do diálogo eloquente, do uso de artifícios, que uma história pode ser contada com mais propriedade. Falando da imitação narrativa e, em verso, diz o autor que o mito aí relatado deve ser estruturado segundo a forma dramática, como na tragédia. Da mesma forma, para o autor, é preciso respeitar a ideia de completude da acção, ou seja, apresentar início, meio e fim, o que faz pensar na importância de situar o tempo, para a significação daquilo que se conta. (ARISTÓTELES, 2000: 138).

Pelo exposto, constata-se que o ato de narrar um feito deve ser considerado movimento do narrador, resultante de seu empenho que, portanto, reflete-se na enunciação. Como lembra Genette, “sem acto narrativo, pois, não há enunciado e, às vezes, nem sequer ‘plano narrativo’” (1995: 24). Com base em tal premissa, aqui é adotada a expressão “plano narrativo”, designando os elementos escolhidos para a composição do relato que se pretende enunciar. Tal escolha é intencional e está marcada pelo efeito de sentido que se quer produzir ou o sentido final pretendido.

É a materialização das intencionalidades e as investidas de sentido, cristalizadas na forma de texto, que interessa à análise do discurso. Cada organização discursiva adota estratégias para

assegurar o efeito de real³, isto é, para conferir a si uma legitimidade. Com o discurso jornalístico, da mesma forma, ao longo de sua consolidação, observa-se que vários elementos buscam assegurar coerência à narrativa, centrada na divulgação de fatos vistos como relevantes para o cotidiano. A valorização dos acontecimentos e sua seleção estão situadas entre os elementos que aferem o sentido de veracidade aos fatos reportados pela mídia. Para tanto, é necessário ter clareza quanto ao que se concebe como notícia.

A apresentação do real é a condição necessária que justifica a existência do jornalismo. É importante ressaltar que tem havido divergência quanto a essa capacidade, ora vista como absoluta⁴, ora com parcimônia, uma vez que todo relato constitui uma versão dos fatos. O uso da fotografia, por exemplo, despontou como importante ferramenta para a construção de efeitos de sentido de real, o que é conseguido pela plasticidade fotográfica e seu caráter de testemunho imagético. É interessante ressaltar, ainda, que a fotografia pode ser vista como fazendo parte de um duplo movimento: por um lado, entendida como um regime de significação; de outro, a fotografia tal como apropriada pelo discurso jornalístico.

3. O conceito de efeito de real, originário da ideia de efeito de sentido, como proposto pela semiótica, diz respeito aos objetivos do texto em representar a realidade. A exemplo da literatura “realista”, que se esmera em descrever o ambiente e o estado psicológico dos personagens, o jornalismo procura estabelecer estratégias de construção textual para estreitar os laços entre a narrativa e o fato reportado. (Cf. Dalmonte, 2008).

4. Embora não se possa falar de maneira simplória dessa necessidade que o jornalismo tem de falar, a partir do real, algumas concepções reducionistas tentaram limitar a práxis jornalística ao que Traquina (2004: 146-149) chama de “Teoria do espelho”, numa alusão ao desejo de que o jornalismo apresente, por meio de seus relatos, apenas aquilo que é observado, sem a menor interferência do repórter, que deve anular totalmente a sua subjetividade, atingindo a total imparcialidade.

Numa perspectiva histórica, a fotografia tem se apresentado como capaz de se aproximar do real, pois concilia natureza e cultura, presença e ausência; é capaz de marcar tanto a continuidade quanto a descontinuidade. A fotografia tem a capacidade de repetir aquilo que jamais irá se reproduzir, fazendo o objeto desaparecer (FLOCH, 1986: 14). De maneira dicotômica, a fotografia pode ser vista tanto como auxiliar das ciências e das artes quanto uma arte em si mesma. Essa polarização ao que tange aos usos da fotografia permite que se pense acerca do hiato entre aquilo que se chama “realidade” e suas representações, ou melhor, as possibilidades de representação do real.

Para Barthes (2004: 22), considerando-se a literatura, o real não pode ser representável; ele é apenas demonstrável. Da mesma forma, este é um ponto crucial para a estruturação da narrativa jornalística, visto que o real apenas acontece, no mundo, no *hic et nunc*, no aqui e agora. Todo ato de narrar é uma tentativa de reportar o fato tal como acontece, no entanto, reside aí um ponto crítico, pois como ressalta Metz (2007: 30), a narração tem início, meio e fim, o que estabelece os limites entre a narrativa e o mundo, e marca sua oposição em relação ao mundo “real”.

A relação de oposição entre narrativa e real é explicitada por Metz (2007: 35), por meio do conceito de “irrealização”. Como ressalta o autor, a partir do momento em que a narrativa é percebida como real, ou seja, uma sequência temporal, com início e fim, tem-se, como consequência, o fato de “irrealizar a coisa-narrada”. Por irrealização, o autor define os limites entre o vivido e o narrado. Todo ato de narrar pressupõe um afastamento, no que concerne o mundo real, ou seja, um ato de irrealização, pois o real apenas acontece como ação única, pressupondo a presença.

As reflexões de Metz são estabelecidas tomando como objeto o cinema e sua capacidade de narrar o real, como

nas sequências de cunho documental. Com a passagem do cinema mudo para o falado, surge e a expectativa de que ele possa se colocar mais próximo do real. Essa expectativa está presente no avanço de todos os suportes midiáticos, como no caso do jornalismo, cujos suportes marcariam a superação em relação aos predecessores, no tocante à capacidade de apresentar o real. Do impresso ao rádio, por exemplo, tem-se uma maior possibilidade de disponibilizar trechos da realidade, com o auxílio do áudio. Na evolução do impresso, o uso da fotografia, como já se viu, foi determinante para simular a presença da realidade, ou criar a ilusão referencial, a ideia de presença do objeto do mundo real, extralinguístico.

Em detrimento à fotografia, o cinema e a televisão, ao possibilitarem a inclusão do movimento na imagem, propiciam uma maior aproximação em relação ao real, embora aquilo que vem retratado, como narrativa, pressupõe o distanciamento da realidade. O jornalismo, ao se apropriar das novas tecnologias, inclui todas as expectativas quanto às possibilidades de ampliar as modalidades da narrativa no sentido da realidade. Dessa forma, radiojornalismo e telejornalismo apresentam novos dispositivos de captação e transmissão dos fatos e, como principal recurso, desponta o “ao vivo”. Por meio desse recurso, é possível mostrar trechos da realidade ou simular a realidade.

Sobre os novos formatos jornalísticos, Fachine (2008: 162) chama a atenção para o fato de que o telejornalismo, por meio da inserção de participações “ao vivo” de repórteres, convocados pelos apresentadores, propõe estabelecer uma “concomitância temporal”. Observa-se, segundo a autora, que apresentador e repórter estão situados no mesmo agora da enunciação e do conteúdo que se enuncia. Chega-se a tal formato com a ajuda de aparatos tecnológicos, como helicópteros que transportam repórter e cinegrafista para cobrir um evento,

permitindo que, a partir de um mesmo lugar, captem-se diferentes ângulos do objeto em questão.

De forma mais recente, o *webjornalismo*, ou o jornalismo praticado na Internet, por usar recursos como bases de dados, áudio e vídeo, num só ambiente, além da participação do leitor, permite que um mesmo fato seja narrado por vários ângulos. Isso, em tese, possibilita uma evolução na estruturação da narrativa midiática.

Seguindo a lógica de que há semelhança no tocante ao conteúdo noticiado pelos grupos midiáticos, afirma-se a necessidade de se buscar a diferenciação quanto a esse conteúdo. Mas, antes de o veículo estabelecer marcas para distinguir o seu material de outros, com o objetivo de estabelecer e *fidelizar* seu público, um longo caminho é percorrido. São necessárias algumas rupturas, bem como a criação de artifícios para atrair e assegurar a permanência do receptor/leitor. Como exemplo de ruptura, além da paginação diária, no conjunto das estratégias, temos a criação do folhetim (MOUILLAUD; TÉTU, 1989: 58).

Como se pode notar, para se estabelecer, o jornal rompeu com vários preceitos da tradição literária. Mas, para o estabelecimento dessa autonomia, sobretudo pela instauração de temporalidade própria, foi necessário constituir um vínculo com seu leitor, para provocar nele o desejo e a necessidade de retornar às páginas no dia seguinte. É desse mesmo período a intensificação do uso do folhetim, a partir de 1836, por Émile de Girardin e Armand Dutacq, para promover a venda antecipada do jornal, por meio da assinatura. (HOHLFELDT, 2001: 90-91).

A ideia da descontinuidade do jornal, pela paginação diária, foi amenizada pela narrativa proposta pelo folhetim. Para Mouillaud e Tétu (1989: 58), “a originalidade do folhetim é que ele encontra, no dia seguinte, uma continuidade, ao passo de que o jornal apenas sabe recomeçar”.

Vale ressaltar, contudo, que o folhetim é uma modalidade discursiva literária, não jornalística.

O uso que Girardin deu ao folhetim foi diferente daquele em vigor. O folhetim era um espaço, no rodapé da página, destinado à crítica literária. Girardin decidiu publicar ficção em pedaços, com o chamariz mágico: “continua no próximo número”. A primeira produção a receber esse tratamento foi *O lazarillo de Tormes*, obra de forte apelo popular e anônima, portanto, livre de direitos autorais. Nesse mesmo ano, 1836, por encomenda de Girardin, Balzac produz a novela *La vieille fille*.

Para Meyer (1996: 31), dentre as principais características desse folhetim-romance, é possível citar a precisão nos cortes, em momentos de grande tensão, assegurando a manutenção do suspense quanto ao desenrolar da história. É esse suspense o responsável pelo retorno do leitor no dia seguinte. Se o jornal é diário, descontínuo, o folhetim vai garantir a periodicidade, para que o leitor tenha assegurada sua história com começo, meio e fim. Esse é apenas um exemplo das inovações e transformações para a consolidação da tradição do jornal, enquanto espaço para a materialização de um discurso cristalizado e que necessita travar um diálogo estável com seu leitor.

O convite que o jornal lança ao leitor para que ele retorne às páginas, no dia seguinte, atua como importante *élan* para o reconhecimento daquele espaço como articulador de uma narrativa continuada. Por meio do artifício da narrativa folhetinesca, o jornal cria a expectativa quanto ao que virá **amanhã**, em estreita ligação com aquilo que aqui está **hoje** e veio **ontem**. Dessa forma, pode-se dizer que o folhetim contribui para a consolidação de uma narrativa continuada, embora feita aos pedaços.

A partir dessa constatação, pode-se ponderar sobre a

importância da *suíte*⁵, que é o desdobramento de notícias, de forma continuada, enquanto for pertinente. Tomando-se por base os critérios de *noticiabilidade*, é possível perceber que tem mais chance de ser noticiado um fato se ele despertar interesse por dias consecutivos. Entre uma notícia que se esgota num único dia e outra com possibilidades de desdobramentos imediatos, esta tem mais chance de ser veiculada.

A ideia de despertar no leitor desejo e necessidade de retornar ao veículo de comunicação, para acompanhar o desdobramento dos fatos, é fundamental para a consolidação da narrativa diária do jornalismo. Quando desperta interesse, é comum uma notícia ser alçada à categoria de rubrica, ou seção temporária, como ocorreu com a sucessão de João Paulo II, em abril de 2005. No período, a *folha online* criou a cobertura especial intitulada “Sucessão no Vaticano”, que acompanhou o desenrolar do processo de escolha do novo representante da Igreja Católica. A rubrica estava dividida em “Candidatos”, “Conclave”, “Dê sua opinião”, “Sagração” e “Sites relacionados”.

Quanto aos questionamentos acerca das novas potencialidades narrativas

Os novos ambientes interativos, como a Internet, têm possibilitado criar outras realidades discursivas focadas na construção coletiva de conteúdos. Tais questionamentos dizem respeito ao que O’Reilly (2005) chama de **Web 2.0**

5. “**Suíte** – do francês *suite*, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Na **Folha**, toda *suíte* deve rememorar os fatos anteriormente divulgados.” (SUITE, 1996).

ou uma Internet caracterizada pelo uso dos recursos interativos. No caso do jornalismo, por meio da postagem de comentários, acontece o enriquecimento das bases de dados. Para fins de entendimento, um texto jornalístico disponibilizado na *web* pode representar uma base de dados⁶ simples, ao passo que o texto original acrescido de comentários pode representar a *complexificação* ou enriquecimento dos dados. Como ressalta O'Reilly (2005), um exemplo de ampliação da base de dados pela participação dos usuários é o *site Amazon.com*. Desde seu lançamento, a empresa adotou uma política de enriquecimento da informação, assegurada pela postagem de comentários e críticas de seus clientes/usuários.

O atual estágio da comunicação, a partir de tecnologias interativas, permite questionar o conceito de narrativa jornalística, uma vez que o leitor/navegador é convocado a participar da construção do conteúdo, o que tradicionalmente sempre ficou a cargo da instância de produção. Esta não é uma questão simples, pois o conceito de jornalismo participativo, ou cidadão, ainda é bastante discutível. Mas, é inegável que em detrimento de outras modalidades jornalísticas, as que são praticadas na rede de computadores estão mais abertas à colaboração em vários níveis, desde a simples postagem de comentários, até seções criadas para a postagem de conteúdo.

O *site O Globo.com*, que faz parte do portal *Globo.com*, coloca-se aberto à participação do leitor, como colaborador da construção de sua narrativa. Na seção *Eu - repórter* (Fig. 1), convida o leitor a participar da produção de conteúdo, na modalidade

6. Num contexto marcado pela convergência das tecnologias da comunicação, o uso da base de dados tem permitido que o *webjornalismo* avance em novos territórios, desde o arquivamento de informação e disponibilização para pesquisa, até a criação de produtos dinâmicos a partir da indicação de acesso em seções como “mais lidos”, “mais acessados” etc.

“jornalismo cidadão”, tradução do “citizen repórter”, repórter cidadão, que é o conceito de “jornalismo colaborativo”.



Figura 1: Home de O Globo, seção Eu - repórter, 20 de março de 2010.

O início das experiências com a abertura de espaço para publicação de matérias feitas por não-jornalistas foi com *OhmyNews*⁷, site Sul-coreano, que estreou em fevereiro de 2000. Com o slogan “cada cidadão é um repórter” e, tendo em seu quadro apenas alguns jornalistas, começou a publicar a contribuição de “cidadãos repórteres”. Numa fase posterior, passou a disponibilizar seu material em japonês e inglês, formando a *OhmyNews Internacional*⁸. Outros exemplos

7. URL: <http://www.ohmynews.com/>

8. URL: <http://english.ohmynews.com/>

são o britânico *Southport Reporter*⁹ e o francês *AgoraVox*¹⁰.

Nesse sentido, qualquer *ciber-flâneur* pode se deparar com propostas-convite como estas:

Aqui, você faz a notícia.

Mande sua história em foto, vídeo, texto e áudio.

Eu-Repórter é a seção de jornalismo participativo do Globo.

Aqui, os leitores são repórteres.¹¹

O lugar ocupado pelo *webjornal* não é o de uma instância centralizadora, que assume a postura de provedora absoluta de informação, mas que busca estabelecer contato com o leitor cidadão, convocado a colaborar com a construção da narrativa acerca da realidade. Com isso, o *site* do jornal deixa de ser o provedor pleno de informação, para se tornar local de articulação de modos de construção da notícia. É o que se vê pelo conteúdo apresentado no dia 20 de março de 2010:

Internauta registra ataque à árvore

Leitores registram incêndio em sobrado no Centro do
Rio. *Fotogaleria* e vídeo

Descaso: Leitora denuncia poste mal conservado. Foto de
Maria Castilho

9. URL: <http://www.southportreporter.com/316/>

10. URL: <http://www.agoravox.fr/>

11. URL: <http://oglobo.globo.com/participe/>

A geografia dos problemas do Rio. As informações são dos leitores do GLOBO

Tais chamadas convocam o leitor, tomando por base narrativas propostas por outros leitores que, na condição de testemunhas dos fatos, são convidados a relatar a realidade vivenciada. Percebe-se, a partir dessa constatação, que as dimensões espaço e tempo são modificados pelo jornalismo praticado em ambientes interativos, como a Internet.

A revista *Época*, do dia 22 de junho de 2009, trouxe como chamada de capa:

“Irã 2.0 – como a rebelião pela Internet e pelo *Twitter* começou a transformar a república islâmica”.

O ponto central abordado é a crise que se instaurou no Irã por ocasião da reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, contestada por parte da população. O título é uma referência direta à Internet 2.0, especificamente, as ferramentas interativas oferecida por redes sociais como *Facebook* e *Twitter* e sites como *Youtube*.

Vítima de uma forte censura que permitia aos jornalistas divulgarem apenas informações favoráveis ao presidente reeleito, a população encontrou nos recursos interativos um caminho para mostrar ao mundo a repressão a toda contestação às eleições. A troca de informação possibilitou tanto articular ações coordenadas para contestar os resultados da eleição, como furar a censura e estabelecer diálogo com a comunidade internacional. Dentre as várias informações que circularam na rede, uma das mais conhecidas é o vídeo com as imagens do momento da morte da jovem Neda, divulgado

no *Youtube*, que teve várias versões e milhares de acessos.

Tais exemplos apresentam um questionamento à prática do jornalismo, pois o que representa a abertura de espaço para o cidadão comum se manifestar no espaço jornalístico? Qual o impacto das narrativas sociais, como das redes sociais e *Youtube*, na narrativa jornalística? São narrativas distintas ou já não há mais barreiras entre elas?

A resposta a tais questionamentos obviamente não é simples; mas, seguramente, evidencia os desafios pelos quais passa o jornalismo na atualidade. De fato, ao homem contemporâneo é oferecida uma gama de ferramentas que tornam possível uma maior circulação de informação, o que faz ampliar o raio de ação do jornalismo. Contudo, as várias narrativas, aqui entendidas como sociais, que apresentam versões acerca do cotidiano real das pessoas reais, pode colaborar para o adensamento de uma narrativa específica, a jornalística, comprometida por um lado com a realidade representada e, por outro, com a comunidade de leitores. O momento atual vivido, no Irã, exemplifica exatamente a possibilidade de contato entre o jornalismo, como instância que capta e faz circular a informação, e uma realidade que, não fossem as redes sociais, estaria praticamente fechada para o mundo. Essas novas possibilidades narrativas podem ampliar a noção de visibilidade (Gomes, 2008) e, mesmo, as disputas por regimes de visibilidade.

Ao retomar o conceito de “irrealização” (Metz: 2007), pode-se argumentar que as várias narrativas sociais contribuem para “tornar real” aquilo que se narra, pois a ação única, vivida, pode ser partilhada por seus personagens diretos. Sob o ponto de vista discursivo, percebe-se uma mistura entre as instâncias enunciativa e destinatária, exemplificada por um jornalismo que se pretende ainda mais realista. A qualquer momento, o leitor pode ocupar o lugar de provedor de informação. Essa é uma importante estratégia usada pelo

jornalismo contemporâneo para se mostrar cada vez mais realista, simulando não haver limites entre o fato ocorrido, sua captação e veiculação. O “momento único” pode ser transmitido de qualquer ponto, por qualquer um.

As várias narrativas sociais podem contribuir com a narrativa jornalística, mas não devem ser confundidas com o jornalismo, concebido como uma instância que se deve construir com base na independência e coerência quanto ao que divulga. O que estamos acompanhando, na verdade, é o desenvolvimento de novos suportes para dar vazão à necessidade de comunicação e conexão dos indivíduos. Talvez, esteja aí o cerne da questão atual que paira, como no Brasil, quando se questiona a obrigatoriedade do diploma de jornalismo. A confusão advém da equivocada tentativa de fazer equivaler **liberdade de expressão e liberdade de imprensa**; a primeira diz respeito ao indivíduo e a segunda à instância jornalística ou, numa visão mais crítica, às corporações midiáticas.

As novas modalidades de narrativas sociais estabelecem outros lugares de visibilidade que, agora, já não dependem apenas dos tradicionais veículos de comunicação para tornar públicos determinados assuntos, pois não há filtros. Ao invés de ser mostrado, o indivíduo, ou grupo, mostra-se e escolhe como ser enquadrado. Para além da visibilidade, agora acontece disputa pelos modos de ser mostrado, ou pelos regimes de visibilidade, o que reforça a natureza dos novos processos comunicacionais não mediados, em detrimento do modelo tradicional de jornalismo.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Imprensa Nacional, 2000.

BARTHES, Roland. **Aula**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. Introdução à análise estrutural da narrativa.

In: _____ [et. al.]. **Análise estrutural da narrativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DALMONTE, Edson Fernando. Efeito de real e jornalismo: imagem, técnica e processos de significação. **Sessões do imaginário**, Porto Alegre: FAMECOS/PUCRS. n. 20, dez. 2008, p. 41-47. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/sessoes>>. Acesso: 01/03/2009.

FECHINE, Ivana. **Televisão e presença: uma abordagem semiótica da transmissão direta**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FLOCH, Jean-Marie. **Les formes de l’empreinte**. Péri-gueux: FANLAC, 1986.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega Universidade, 1995.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: _____.; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HOHLFELDT, Antônio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; VEIGA FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

METZ, Christian. Apontamentos para uma fenomenologia da narração. In: _____. **A significação no cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

MOUILLAUD, M. e TETU, J-F. **Le jornal quotidien**. Lyon: Presse Universitaires de Lyon, 1989.

O'REILLY, T., (30/09/2005). What is Web 2.0. Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. Disponível em: <<http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 20/12/2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SUÍTE. In.: FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm> Acesso em: 12 out. 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Vol. 1: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular: 2004.